

ANO VIII Nº 016 BRASÍLIA-DF – 25/02/2021

CENTRAIS SINDICAIS E BANCADA PARLAMENTAR DA OPOSIÇÃO APRESENTAM PROPOSTAS AO PRESIDENTE DO SENADO

No centro das discussões, alternativas para garantir a continuidade do Auxílio Emergencial sem arrocho fiscal.



Nesta quarta-feira (24) lideranças das centrais sindicais, entre elas o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, **José Reginaldo Inácio**, se reuniram, junto à bancada parlamentar de oposição, com o presidente do Senado Federal, **senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)**, para apresentar alternativas de financiamento para garantir continuidade do Auxílio Emergencial sem arrocho fiscal ([saiba mais](#)).

Na compressão dos sindicalistas e políticos da oposição, o Auxílio Emergencial é peça indispensável para aplacar os danos econômicos, sanitários e sociais resultantes da pandemia ([saiba mais](#)). No entanto, assegurar a continuidade do benefício durante a crise sanitária, sem as amarras e retrocessos incorporados na [PEC Emergencial 186](#) a “PEC da Morte”, é a “alternativa racional para impedir a retirada de direitos e o consequente rebaixamento social da classe trabalhadora em um momento tão delicado para o país”, avaliam.

“Reduzir recursos que acabam por restringir a capacidade de reação do Estado brasileiro neste período em que as vidas e os empregos estão se perdendo em escala jamais vista, é uma atitude imprudente e irresponsável. Precisamos de políticas anticíclicas para a recuperação fiscal. Ampliar os investimentos, e não reduzi-los, é o caminho para resgatar nosso crescimento econômico e tornar a dívida fiscal menor em relação ao nosso Produto Interno Bruto (PIB). Qualquer crise se supera com a ampliação das capacidades produtivas de uma nação. Sem significativo aumento dos investimentos estatais, ainda que com a flexibilização das regras fiscais e consequente ampliação da dívida, não criaremos as condições necessárias para que essa nova perspectiva de crescimento se avizinha. Não aceitaremos a chantagem de reduzir investimentos em áreas essenciais ao bem-estar social para a implementação de uma política econômica ultraliberal, geradora de caos, de desesperança e de impactos sociais incalculáveis”, avaliou José Reginaldo...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Imprensa NCST

LIVE DA CNTEEC: “SOLIDARIEDADE AMPLA É A CHAVE PARA O PRESENTE E O FUTURO DO SINDICALISMO BRASILEIRO”, AFIRMA REGINALDO

“O movimento sindical é, pontualmente, o principal agente social que potencializa as mudanças que o país precisa”, reforça o presidente da NCST



Nesta quarta-feira (22), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura – CNTEEC foi anfitriã do bate-papo virtual que discutiu o futuro do movimento sindical. Conduzido pelo coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST e presidente da CNTEEC, **Oswaldo Augusto de Barros**, a Live teve como convidado especial o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, **José Reginaldo Inácio**.

Síntese do debate:

The Economist - José Reginaldo Inácio apresentou dados resultantes do estudo “O que está por vir em 2021”, em 20 pontos apresentados revista “The Economist” ([veja aqui](#)). O conteúdo traça, em tópicos, as principais tendências e transformações no mercado de trabalho, na economia, nas relações sociais e culturais. Estar atento a essas transformações, avalia o presidente da NCST, “é fundamental para fortalecer as bases estruturantes do sindicalismo do futuro”, recomendou ([veja aqui a versão original, em inglês](#))....

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Imprensa NCST com CNTEEC

'CHANTAGEM' DO GOVERNO PARA PRORROGAR AUXÍLIO EMERGENCIAL VALIDA DESVIOS DE RECURSOS

Dieese critica manobra com a PEC Emergencial para desvincular investimentos mínimos em saúde e educação, em troca de renda pela sobrevivência das famílias na crise. "O que devemos discutir é a viabilização do auxílio"



Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes: só em períodos não democráticos o Brasil não destinou verbas obrigatórias à saúde e educação

Para o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, a desvinculação do piso mínimo constitucional de investimentos para a saúde e a educação pode legalizar a possibilidade de desvios de recursos destas áreas para outras que não têm relação com os direitos sociais da população e que colocam o dinheiro público à mercê de interesses individuais e políticos. A adulteração corre o risco de ser legitimada com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186, a chamada "PEC Emergencial", que tem perspectiva de ser votada em sessão deliberativa no Senado nesta quinta-feira (25).

A proposta foi protocolada no Congresso Nacional em novembro de 2019, mas acabou sendo incluída nela a aprovação do auxílio emergencial. Uma espécie de "chantagem" por parte da equipe econômica do ministro Paulo Guedes, como destaca o Dieese em sua coluna na Rádio Brasil Atual. O governo Bolsonaro tem condicionado a aprovação do auxílio a outros dispositivos. Entre eles, o fim do mínimo de orçamento destinado à saúde e à educação. Isso mesmo com a obrigação imposta pela Constituição de que os estados devam destinar 12% da receita à saúde e 25% à educação. Enquanto aos municípios compete o encaminhamento de 15% e 25% a cada área, respectivamente.

Quando, na verdade, o Congresso deveria apenas discutir a viabilização do auxílio emergencial, que pode salvar milhões de brasileiros da fome e da pobreza. "Não faz nenhum sentido a gente misturar discussões tão diferentes", contesta Fausto...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Rede Brasil Atual - RBA

TRABALHADORES INFORMAIS PODEM PERDER 37% DA RENDA SEM AUXÍLIO, DIZ FGV

Estudo aponta deterioração das condições de vida entre contemplados com o benefício em 2020 que usualmente não recebem o Bolsa Família ou o BPC



(Foto: Ricardo Wolffbuttel/Secom)

Enquanto o ministro-banqueiro da Economia, Paulo Guedes, chantageia o Congresso, tentando vincular um novo auxílio para trabalhadores informais ao fim do piso para investimentos em saúde e educação, um grupo pertencente a essa categoria, o dos "invisíveis", deve sofrer queda de até 37% da renda, caso o benefício não seja viabilizado. Um estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgado na terça (23) revela ainda que, mesmo com o auxílio, a renda deve ficar quase inalterada para esse grupo.

Segundo os autores da pesquisa, Lauro Gonzalez e Leonardo Oliveira, esses trabalhadores classificados como "invisíveis" são os contemplados com o auxílio emergencial no passado que usualmente não recebem o Bolsa Família ou o benefício de prestação continuada (BPC). Como um todo, a categoria corresponde aos que afirmam trabalhar sem carteira assinada, trabalhadores autônomos e familiares auxiliares.

No cenário pessimista, com um auxílio de R\$ 200, como pretendem Jair Bolsonaro e Guedes, os invisíveis teriam alta na renda de 5% (homens) a 11% (mulheres). No caso dos informais, as variações seriam de -2% e +2%, respectivamente. Sem o benefício, as quedas ficariam entre 28% (mulheres dentro da categoria invisíveis) e 37% (mulheres no grupo informais). Para os homens, as perdas seriam de 23% e 30%, respectivamente.

Na outra ponta das simulações do estudo, com cenário otimista da pandemia e auxílio de R\$ 250, o aumento de renda seria de 18%-23% (homens e mulheres invisíveis, respectivamente) a 17%-25% (homens e mulheres informais, respectivamente)...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: Portal Vermelho com informações da Agência PT

BRASIL REGISTRA MAIOR MÉDIA DE MORTES POR COVID-19 DA HISTÓRIA

De acordo com o Conselho Nacional de Secretarias de Saúde, 1.124 pessoas morrem todos os dias da doença no país



Brasil registra pico de mortes por Covid-19

O Brasil registrou nesta quarta-feira (24) média móvel de mortes por Covid-19 acima de 1.000 pelo 34º dia consecutivo. O número médio ficou em 1.124, a maior desde o início da pandemia. Até então, o recorde havia sido registrado no dia 14 de fevereiro, quando a média da semana foi de 1.102 mortes.

A média móvel de casos, que voltou a subir, ficou em 49.388 novos diagnósticos durante a semana. Foram 1.428 novos óbitos da doença nas últimas 24 horas, de acordo com o levantamento do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). Nesse mesmo período, o número de novos casos foi de 66.588.

Até agora, foram confirmados 10.324.463 casos acumulados e 249.957 vidas perdidas desde o início da pandemia. A contagem de casos realizada pelas Secretarias Estaduais de Saúde inclui pessoas sintomáticas ou assintomáticas; ou seja, neste último caso são pessoas que foram ou estão infectadas, mas não apresentaram sintomas da doença...

[CLIQUE AQUI](#) e acesse a íntegra do conteúdo pelo portal de notícias da NCST.

Fonte: IG Saúde



Vamos juntos derrotar a Covid 19!

Portal da Vacina
Desenvolvido por Sindicatos Online®

Uma iniciativa da Rede Sindical Brasileira que disponibiliza notícias relevantes sobre a vacinação no Brasil.

www.portaldavacina.com.br

Apóio: 

Conheça o Portal da Vacina

O portal é uma iniciativa da rede sindical brasileira e disponibiliza notícias relevantes sobre a vacinação no Brasil.

[CLIQUE AQUI](#) e cadastre-se.

Acompanhe estas e outras notícias relacionadas ao mundo do trabalho pelo Portal de Notícias da NCST:
www.ncst.org.br
